A patologia da competitividade no capitalismo tardio

Wladimir Caetano de Sousa, 21 de julho de 2019
Versão final: 4 de maio de 2025

Ao Rev.º Pe. Luan Guidoni

O maior mal do sistema capitalista não reside propriamente na desigualdade social, nem na secundarização generalizada das atividades humanas ou na produção em massa de bens supérfluos e descartáveis. Tais aspectos são, sem dúvida, sintomas alarmantes, mas não representam, a meu ver, a enfermidade mais profunda do sistema. Paradoxalmente, seu aspecto mais deletério, aquele que corrói a alma humana, reconfigurando-a a partir de pressupostos alheios à sua essência, talvez seja justamente o que muitos consideram sua virtude: o ambiente de competitividade, essa naturalização da concorrência como fundamento das relações econômicas. Tal dinâmica, frequentemente enaltecida como motor do progresso, não corresponde a um dado antropológico universal. A competição incessante não é natural ao ser humano — ao menos, não da forma como é institucionalizada no capitalismo moderno.

Essa lógica torna-se ainda mais nociva no campo da educação. A introdução da competitividade no processo de ensino altera radicalmente sua finalidade, pois quando a aprendizagem é convertida em disputa, o ato de conhecer cede lugar à vontade de vencer. Já não se busca o conhecimento enquanto bem em si mesmo, mas como instrumento de superação do outro. O estudante integrado a esse sistema não busca compreender, mas vencer — o saber se torna instrumental; o outro, um adversário. Muda-se, portanto, o *télos* da educação; e, ao mudar sua finalidade, tudo mais se transforma em consequência, pois, já diziam os escolásticos, a causa final *enforma* (dá forma) às causas formal e material. Essa inversão, embora sutil, tem efeitos profundos e corrosivos.

E esse desvio de finalidade, contudo, não se restringe à educação formal. Ele perpassa toda a organização do trabalho. As antigas formas de convivência e cooperação comunitária, nas quais cada ofício tinha sua dignidade assegurada pela função exercida no corpo social, foram dissolvidas pela lógica da expansão indefinida do capital. O joalheiro, o ourives, o artesão, o agricultor — todas essas figuras que outrora habitavam o centro da vida comum hoje se encontram isoladas, invisibilizadas, atomizadas num mercado de especialistas. A transmissão do saber deixou de ser um dever comunitário e se converteu em cálculo de vantagem econômica.

Na lógica contemporânea, a perpetuação do saber depende de vínculos mediados quase exclusivamente pelo mercado. E aqui reencontramos o dilema do capitalismo: a mesma competitividade que dinamiza economicamente o sistema compromete sua própria sustentabilidade. Estabelecer um vínculo duradouro com um profissional torna-se difícil, pois o raciocínio capitalista — calcado na maximização de ganhos — tende a inibir a partilha do conhecimento, salvo sob alta compensação financeira. O resultado é uma tensão permanente entre a necessidade de instituir novas formas sociais e a psique coletiva moldada por séculos de condicionamento econômico.

Essa erosão da convivialidade manifesta-se também na destruição do senso de lugar. No mundo pré-moderno, o trabalho estava inserido em uma geografia existencial: o sapateiro atendia sua vila; o ferreiro era conhecido em sua comarca; havia limites naturais e vínculos comunitários. Hoje, a expansão desenfreada das forças produtivas faz com que um único agente econômico abarque territórios imensos, suprimindo os mercados locais e dissolvendo os laços que outrora fundamentavam a solidariedade concreta. A macrocefalia urbana, especialmente em países como o Brasil, é o sintoma espacial dessa lógica expansiva: megalópoles inchadas, interior esvaziado, trabalhadores desenraizados.

O capitalismo, por sua própria dinâmica expansionista, dissolve fronteiras. A tendência inexorável de acúmulo e crescimento leva indivíduos a ampliar suas operações para além das comunidades locais, invadindo espaços produtivos alheios e desarticulando mercados tradicionais. O efeito disso é a substituição do profissional local por cadeias logísticas mais eficientes, porém desumanizadas e desintegradas da vida comunitária.

Um exemplo elucidativo pode ser visto na formação universitária. Imaginemos um professor de engenharia lecionando para cem alunos provenientes da mesma cidade onde ele reside e atua. Ao formar esses cem profissionais, o professor sabe que todos, potencialmente, estarão competindo pelos mesmos clientes. A consequência lógica é o acirramento da competitividade interna — uma pressão que, embora teoricamente devesse reduzir os custos pela lógica da oferta e demanda, não produz, na prática, os efeitos prometidos pelos defensores do sistema. O ambiente se torna sufocante, instável e fragmentado.

Portanto, o que se observa é uma tensão estrutural entre a necessidade de criar formas sociais mais humanas e solidárias e a persistência de estruturas psicológicas moldadas por um regime de produção competitivo e alienante. Resolver essa tensão não é tarefa simples — exige uma revisão profunda tanto

das instituições quanto das disposições interiores que nos constiutem enquanto sociedade.

A resposta a essa desagregação não será encontrada no retorno romântico ao passado, tampouco na utopia liberal de um mercado autorregulado. Exige-se uma profunda transformação espiritual, uma reforma da sensibilidade coletiva, que restaure os vínculos entre saber, lugar e finalidade. Nesse sentido, talvez a intuição de Santo Tomás de Aquino ofereça um ponto de partida valioso: o ideal é que o ser humano habite um espaço em que possa contemplar a natureza e participar da vida social — nem isolado na selvageria, nem aprisionado pelo asfalto e pelos caixotes gigantes de concreto armado. Um equilíbrio possível, ainda visível em algumas regiões do sul do Brasil ou em certas zonas periféricas da Europa, onde o rurbano preserva a possibilidade de um habitar verdadeiramente humano.

A reconstrução começa, portanto, pelo resgate do senso de finalidade, de pertencimento e de comunidade. Contra o império da competição, o imperativo da convivência.